

Entrada EXT. 11872/2020

Nº Seq. Doc. 457/2020

Ex.^{mo} Senhor

Dr. Antonino Aurélio Vieira de Sousa

Presidente da Câmara Municipal de Penafiel

Praça do Município

4560-002 Penafiel

2020-08-24 11:15:21.0

Município de

PNFREGISTO AOA

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	CS
		DBC/DPIMI DRP/CLS - 570	1444342

Assunto: Abertura do procedimento de classificação da Quinta do 'Bovieiro, em Bovieiro, freguesia de Abragão, concelho de Penafiel, distrito do Porto.

1. Sobre o assunto em epígrafe, e nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, notifico V. Ex.ª de que, por despacho de 30.01.2020 da anterior diretora-geral, exarado sobre proposta da Direção Regional de Cultura do Norte, foi determinada a abertura do procedimento de classificação da Quinta do Bovieiro, em Bovieiro, freguesia de Abragão, concelho de Penafiel, distrito do Porto.
2. Mais informo V. Ex.ª de que a referida quinta está em vias de classificação, de acordo com o n.º 5 do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.
3. A quinta em vias de classificação e os imóveis localizados na zona geral de proteção (50 metros contados a partir dos seus limites externos) ficam abrangidos pelas disposições legais em vigor, designadamente, os artigos 32.º, 34.º, 36.º, 37.º, 42.º, 43.º e 45.º da referida lei, e o n.º 2 do artigo 14.º e o artigo 51.º do referido decreto-lei.
4. Nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do referido decreto-lei, a câmara municipal do município onde se situe o bem imóvel divulga o ato que decide a abertura do procedimento de classificação no *Boletim Municipal* e na respetiva página eletrónica.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

**PATRIMÓNIO
CULTURAL**

Direção-Geral do Património Cultural

Assim, esta direção-geral autoriza, desde já, que seja estabelecida a hiperligação à sua página eletrónica (www.patrimoniocultural.gov.pt), a qual será atualizada (Património / Classificação de Bens Imóveis e Fixação de ZEP / Despachos de Abertura e de Arquivamento/ Ano em curso) na data da publicação do Anúncio no *Diário da República*.

5. O interessado poderá reclamar ou interpor recurso hierárquico do ato que decide a abertura do procedimento de classificação, nos termos e condições estabelecidas no Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da possibilidade de impugnação contenciosa.

Com os melhores cumprimentos



João Carlos dos Santos
Subdiretor-Geral

Anexos: Cópia do despacho de abertura do procedimento de classificação;
Planta com a delimitação da quinta em vias de classificação e da respetiva zona geral de proteção (ZGP).

FMM



Propomos a abertura do procedimento de classificação.
A consideração superior.
David Ferreira 28/11/2019

DAVID FERREIRA
Diretor de Serviços
Bens Culturais

Concordo.
Determino a abertura do procedimento de classificação
2020 0130

Concordo
A DGC
20191203

PAULA ARAÚJO DA SILVA
Diretora-Geral

INFORMAÇÃO n.º I-2019/ 209286 /DSBC/DRCN data: 27.11.2019 CS: 1399012

processo n.º: DRP/CLS-570 (Ficha Inventário Ulysses)

assunto: Quinta do Bovieiro
Abragão, Penafiel, Porto
Categoria. Monumento

Possível classificação no âmbito nacional da Quinta do Bovieiro

1. Historial do Processo

Em 04.01.1989, foi remetido pela Câmara Municipal de Penafiel (CMP) ao Instituto Português do Património Cultural (IPPC) uma proposta de classificação da Quinta do Bovieiro no concelho de Penafiel, tendo sido reencaminhado ao presidente do IPPC [à atenção do Departamento de Património Arquitectónico (DPA)] pela Arq. Margarida Coelho essa proposta no dia 06.01.1989.

A informação 623/DPA/89 de 14.02.1989 considera a existência escassa de elementos que possam caracterizar o bem, remetendo de novo à Delegação do Norte do IPPC, para recolha de mais informação.

Em 26.07.1993, através de ofício 1933/93/IPPAR-P é solicitado à CMP e aos seus serviços técnicos mais elementos que facilitem a instrução do processo, tendo esse pedido ficado pendente até à presente data.



Em 2014 a DRCN-DSBC foi contactada por um dos proprietários, Dr. Luís Cabral Menezes, indagando sobre a possibilidade de restauro e conservação de um dos tectos da casa da Quinta do Bovieiro enquadrado num programa de financiamento nacional ou comunitário.

Nessa sequência foram agendadas duas visitas ao bem; uma por parte da Dra. Adriana Amaral e Dra. Isabel Dias Costa e outra por parte da signatária que se realizou em 11.05.2015. A visita da signatária (que foi acompanhada pelo colega Arq. José Eduardo Gama) teve como objectivo conhecer a quinta, suas construções e envolvente, tendo sido recolhidas fotos que se apresentam em anexo nas Fichas de Fotos.

2. Enquadramento Histórico

A Quinta do Bovieiro situa-se em Abragão no concelho de Penafiel.

Pensa-se que Abragão foi fundada em 1170 pela Rainha D. Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques, esta freguesia pertencia ao Couto de Vila Boa Quires.

De acordo com a tradição (AA.VV., Caminhos Antigos..., p.59) diz de que a Igreja de Abragão foi fundada pela filha de D. Sancho I, *beata Mafalda*, mas há quem afirme que teria sido a sua avó, D. Mafalda mulher de D. Afonso Henriques, que também foi responsável pela fundação de pontes e albergarias. Segundo os mesmos autores (*Op. cit.*, p. 60) a freguesia de São Pedro de Abragão, no séc. XIII fazia parte do Julgado de Portocarreiro. Pertenceu a Gil Vaz da Cunha até ao séc. XIV, tendo ficado na sua descendência até meados do séc. XVI. Nessa altura entrou para os domínios da coroa por morte dos proprietários e ausência de descendência directa. Permaneceu como concelho independente até 1836, ano em que foi incorporado no Julgado de Penafiel. Em 1853 parte do território, Maureles e Vila Boa de Quires transitaram para Marco de Canaveses, ficando Penafiel só com Abragão.

Segundo José Manuel Reis (autor do estudo *A Casa do Bovieiro; subsídios para a monografia de uma casa senhorial no espaço rural*) existe uma referência nos inícios do séc. XVII à Quinta do Vimieiro¹ nas mãos de Gonçalo Fernandes de Almeida e de sua mulher Leonor Gomes.

Existem algumas figuras ligadas à casa que se notabilizaram como o Dr. José Monteiro de Vasconcelos Mourão, Bacharel em Leis, Cavaleiro da Ordem de Cristo que casou com D. Clara Joana Guedes de Carvalho, tendo estes senhores da Casa do Bovieiro adoptado os apelidos de Monteiro de Vasconcelos Mourão. O herdeiro por legítima varonia, Rodrigo Monteiro Correia Vasconcelos Guedes Mourão (24.04.1800 - 08.02.1861) foi Bacharel em Leis, Juiz de Fora da Comarca de Vila Real, Fidalgo Cavaleiro

¹ Designação inicial da Quinta do Bovieiro.



da Casa Real. Tinha 2.^a vida em sucessão a seu pai no senhorio do concelho de Portocarreiro e na Alcaidaria-Mor do Castelo de Celorico de Basto (parte honorífica).

A família de fidalgos Monteiro de Vasconcelos Guedes Mourão com raízes em Abragão, desde há muitos séculos, foram agraciados no séc. XIX com o título de Visconde de Bovieiro (alvará de 07.05.1874 de D. Luís) elevado à grandeza de Conde por Decreto 30.06.1890 (D. Carlos), títulos que estão ligados à propriedade em questão.

À data em que foi elaborado o referido estudo de José Manuel Reis, este faz referência aos então proprietários: quatro netos e um bisneto de D. Maria Henriqueta, filhos e neto do seu primogénito Henrique Cabral Noronha e Menezes, licenciado em direito, antigo Governado Civil de Braga, comendador da Ordem de Cristo. Na altura o representante do título de Conde de Bovieiro e da sua família pertencia a João Diogo Cabral de Noronha e Menezes (*Op. cit.*, p.94).

Em 2018 foi iniciado um protocolo de tratamento e digitalização entre a família Cabral Noronha e Menezes da Casa do Bovieiro e o Arquivo Municipal de Penafiel, de modo a tratar a documentação existente, tendo sido tratada numa fase inicial a coleção de livros de genealogia.

3. Arquitectura e construção numa perspectiva histórica

A Casa Nobre ou Senhorial tem sido alvo de estudos preferencialmente na área de História de Arte em detrimento da área de História da Arquitectura, embora mais recentemente comecemos a assistir a um estudo sistematizado dos diversos exemplos deixados ao longo da história, permitindo um conhecimento mais amplo e detalhado, do ponto de vista de tipologias arquitectónicas, tectónicas e construtivas, tendo em conta a distribuição por área geográfica.

Do ponto de vista da História da Arte, o autor Francisco Azeredo (*apud* Duarte Pinto Gonçalves, *Op. cit.*, pp. 11-12) avança com as seguintes designações: *Palácio* se for residência de monarcas ou que a sua escala seja tal que justifique essa distinção; *Paço ou Paços* para designar residência de reis, infantes e bispos ou quando o rei aí tenha pernoitado alguma vez; *Solar* quando nela tem origem alguma família mais notável; *Quinta* sempre que as suas terras sejam delimitadas por uma cerca; *Torre*, quando nela existe uma, ou a casa teve origem numa torre de menagem; *Casal* quando as suas terras sejam delimitadas por marcos e quando teve origem num empraçamento que tinha esse nome. Mas *Casa* é o nome mais genérico e que só se aplica, numa determinada área onde existem várias casas, àquela onde vive a família nobre de maior destaque.



A bibliografia consultada reflecte a importância histórica da Casa Nobre, enquanto estrutura de habitação, mais ou menos luxuosa, que albergava a residência dos senhores da propriedade, normalmente uma família com poder social e económico. A sua origem está associada à constituição de Portugal, nação que se constitui adquirindo autonomia dos Reinos de Galiza, Leão e Castela, usando como instrumento de controlo a atribuição de terrenos, por parte dos monarcas, a nobres que ajudaram na demanda da conquista e defesa do território aos mouros, como forma de honraria e de demarcação das fronteiras. Essas primeiras casas eram fortificadas pela presença de uma torre, muitas vezes aproveitando as próprias Torres de Menagem dos castelos como alicerces de fundação da nova construção.

O conceito descrito de casa senhorial e a sua abordagem arquitectónica, mantem-se para lá da Idade Média e a simplicidade das construções reflectia o estilo de vida dos seus proprietários, com títulos nobilitários e riqueza e que na altura se ocupavam da agricultura, prática que contribuía em muito para o estatuto social.

Francisco Azeredo (*apud* Duarte Pinto Gonçalves, *Op. cit.*, p.47) afirma que a influência dos descobrimentos e da expansão marítima e o contacto com outras culturas do Norte da Europa e do Mediterrâneo foram responsáveis por uma nova abordagem à casa senhorial, onde a torre continua como representação do *status*, mas associa-se ao uso do brasão na fachada principal, como símbolo da importância familiar, e às formas arquitectónicas que permitem abrir o solar para o exterior, como as varandas, terraços e escadarias, iniciando-se assim uma reinvenção da Casa Nobre.

No princípio do séc. XVII é de sublinhar que a influência do Renascimento italiano, por via de influência de França e Espanha, foi responsável pelo surgimento de novas abordagens à Casa Nobre, com a introdução de novas vertentes decorativas onde a abordagem espanhola da escultura em pedra veio trazer uma nova forma de trabalho da pedra denominada de *Plateresco*.

Ainda, segundo Francisco Azeredo (*apud* Duarte Pinto Gonçalves, *Op. cit.*, p.49), no séc. XVIII assiste-se ao desenvolvimento de fachadas principais com a introdução de cantaria nas portas e janelas e frontões para exibir a Pedra d'Armas.

Especialmente no interior encontramos cozinhas e salas grandes e os quartos de dormir são pequenas alcovas de abertura para o interior da sala.

É nesta fase que se assiste à adaptação de solares portugueses construídos em períodos anteriores e é na década de 40 de setecentos que o *solar barroco* se impõe no Norte de Portugal, ligado à região do Douro e à produção vinícola.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

CULTURA
DO NORTE

A **Casa do Bovieiro** é um dos exemplos claros de que muitas casas nobres iam sendo construídas ao longo do tempo, estando à mercê dos gostos e tendências, assim como de folgas orçamentais, reflectindo-se na dimensão tectónica e no construído, onde se podem constatar várias fases de construção, destacando-se neste caso duas mais evidentes pelas suas dimensões e presença.

A **primeira fase** poderá ser datada do séc. XVII circunscrita à zona de acesso pela Rua de Bovieiro, onde poderemos encontrar uma entrada com merlões que dá acesso para um pátio interior onde se localizam a casa seiscentista, a capela e alguns anexos agrícolas.

A casa desenvolve-se num único piso para Sul e em dois pisos para Norte, como solução de adaptação à topografia do terreno, justificando-se nessa fachada uma varanda com alpendre e respectiva escadaria assumindo uma certa imponência quer pelo seu desenho, quer pela utilização de elementos em granito talhado.

A organização do espaço é extremamente simples, sendo que um corredor central é estruturador da casa, ligando a sala de entrada à cozinha, dividindo a casa entre dois sectores. De referir que a presença do volume da grande chaminé (elemento constante neste tipo de casas) no exterior é também sentida na organização desse espaço assumindo uma forte presença.

A sala principal desta construção que se assume como o espaço nobre de entrada para a casa seiscentista é onde se encontra o **tecto** mais interessante da casa, quer pelo seu valor histórico, mas também pelo seu valor artístico. Segundo José Manuel Reis (*Op. cit.*, p.97) o **tecto é oitavado de masseira**, pintado com temas exóticos, inspirados na natureza das regiões longínquas e tropicais, mais propriamente, *na curiosa fauna e na luxuriante flora brasileiras*. Para além destas temáticas mais extravagantes encontram-se outras cenas relacionadas com a caça a cavalo e a pé à lebre, ao veado e ao faisão, assim como elementos de ambiente natural europeu reproduzindo cenas vegetais ou animais. O mesmo autor considera que essas representações são tratadas com enorme sentido estético apesar de uma tendência *naïf* dos desenhos e dos pormenores pitorescos.

No entanto, da visita efectuada pela Dra Isabel Dias Costa e pela Dra. Adriana Amaral resulta uma outra interpretação, considerando-a como uma pintura ornamental de *chinoiserie*. Este estilo, que ganhou expressão nos séculos XVII e XVIII em toda a Europa, pode ser considerado como uma cópia de cariz *naïf* motivada pelo fascínio da cultura chinesa sendo que a evocada influência brasileira nos motivos decorativos, como afirma o autor José Manuel Reis (*Op. cit.*, p.97), poderá ser uma leitura motivada pelo desconhecimento das características deste tipo de ornamento, pois é a mistura de elementos orientais e ocidentais que constitui o fundamento da *chinoiserie*.



As técnicas fazem uma caracterização mais rigorosa e técnica do tecto, que como já se afirmou, apresenta uma decoração policromada setecentista, em dois níveis, com motivação *rocaille*. Os oito planos horizontais, do primeiro nível, possuem decoração exclusivamente fitomórfica, os do segundo nível incluem cenas de caça e de pássaros com vegetação de influência exótica, e que se entrecruzam com uma decoração *rocaille* e fitomórfica.

O fundo é branco e toda a composição utiliza somente três cores: o vermelho vivo, o azul petróleo e o amarelo-torrado, o emolduramento do tecto é pintado em marmoreado com os mesmos tons.

No centro encontramos um escudo de fantasia assente sobre uma cartela *barroca* rodeada de talha dourada flamejante. Por todo o tecto encontramos uma profusão de decoração *rocaille* a emoldurar as diversas cenas.

Outra característica deste núcleo é a utilização de conversadeiras, traduzindo um cuidado pelo pormenor e pelo disfrutar da casa. Os tectos são baixos, as janelas de dimensões reduzidas em caixilhos de guilhotina.

Exteriormente a casa assume a mesma simplicidade, de paredes caiadas, com pequenos vãos ritmados, telhados com águas simples que terão sido revestidos, no passado, com telha de *aba e canudo* e que actualmente são revestidos com telha marselhesa.

A segunda fase

Segundo José Manuel Reis (*Op. cit.*, p.98) nos finais do séc. XVIII, inícios do séc. XIX quando o seu proprietário era José Monteiro Guedes de Vasconcelos Mourão a Casa do Bovieiro foi ampliada. Essa ampliação desenvolveu-se no prolongamento ocidental do núcleo seiscentista. Talvez com um programa construtivo ambicioso (em termos de escala) essa ampliação ficou incompleta, tendo sido construídos a ala Norte e o corpo central, ficando suspensa a ala Sul. Tal como o autor refere uma das explicações mais plausíveis terá sido a apresentação ao proprietário de um orçamento de conclusão de obras excessivamente caro num período em que a nobreza começava a perder poder económico.

Esta ampliação teria como mote a construção do corpo central, usando uma parte (fachada Poente) do pré-existente para a construção de uma fachada monumental e palaciana marcada pela simétrica de um classicismo tardio, constituída por duas alas laterais mais baixas e o corpo central mais elevado. No entanto, à semelhança de outras casas como é o caso da Casa das Brolhas em Lamego ou o Palácio da Brejoeira em Monção todas ficaram por concluir, não respondendo ao desejo de conferir à construção principal uma dignidade que se ajustasse à origem nobre dos seus proprietários. Em Bovieiro, algumas



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

CULTURA
DO NORTE

novas gerações tentaram acabar essa fase, nunca isso tenha acontecido, pela dificuldade de um consenso quanto à construção.

No interior devemos salientar o espaço de entrada que nos conduz a um outro dedicado à escadaria localizado no corpo central que confere a esta nova composição uma certa escala de monumentalidade. O salão nobre da casa é representativo do gosto da época exibindo as quatro representações heráldicas dos diversos membros da família pintadas sobre telas, assim como se encontram móveis oitocentistas e um teliz brasonado com as armas de Guedes de Carvalho, antepassados da casa.



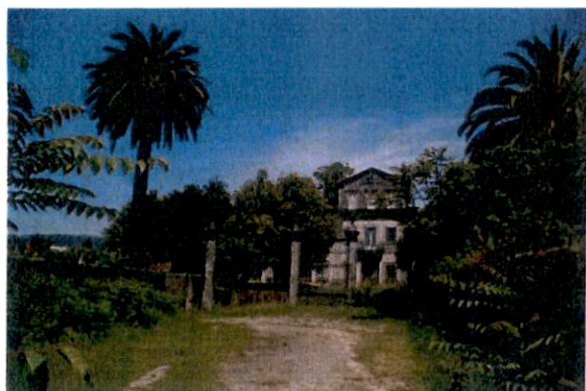
Representações heráldicas dos diversos membros da família



Teliz na Sala Nobre com armas dos Guedes de Carvalho

A organização do espaço para além de seguir os modelos arquitectónicos contemporâneos para este tipo de edifícios é também marcada por pormenores, como património móvel, algum ainda existente outro apenas se sabe da sua existência através de relatos do passado.

Relativamente à envolvente próxima, a área adjacente a nova fachada foi tratada com um jardim como forma de completar a composição arquitectónica, assumindo-se, segundo José Manuel Reis (*Op. cit.*, p.102) como um jardim de transição entre o gosto neoclássico francês e o gosto inglês romântico.



Espaços exteriores relativos à área de expansão Oitocentista



Vista geral sobre os espaços exteriores relativos à área de expansão Oitocentista

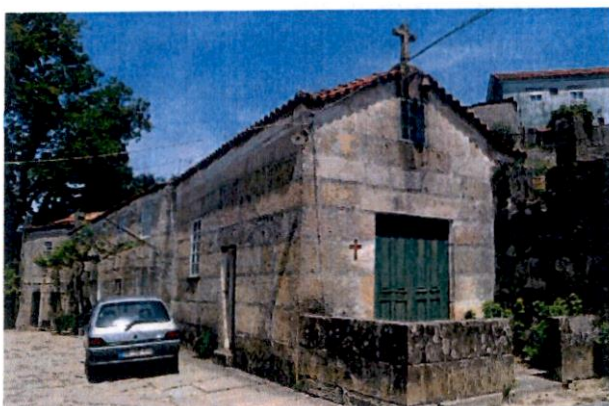


A área deste jardim, que se pretendia mais formal, contempla vários tipos de árvores, como japoneiras, cedros, arbustos floridos e palmeiras, envolvendo duas fontes circulares de repuxo neoclássicas. Esta zona verde pode ser considerada como uma zona de transição entre a paisagem envolvente e a casa propriamente. A envolvente mais próxima caracteriza-se por ser uma zona ligada à produção de vinho e de pastorícia, existindo ainda hoje marcas responsáveis pela mudança de utilização do solo território.

Voltando de novo ao núcleo original da casa, a zona de chegada é marcada pelo portal com merlões, tal como foi anteriormente referido. Esta zona de chegada é mais utilitária e menos cenográfica, pois congrega a casa e os anexos ligados à produção agrícola, típica de uma casa nobre de lavoura seiscentista. Este espaço exterior assume uma forma triangular, sendo confinado junto à cerca pela Capela e pelos anexos funcionais, contempla um pequeno jardim formal junto à casa e o centro do triângulo é ocupado por uma fonte neoclássica em forma de quarto crescentes, ocupada centralmente com vasos decorados com festões e motivos vegetalistas, que por sua vez está rodeada de 3 plátanos.



Núcleo seiscentista - casa com jardim formal e vista sobre anexos junto à cerca



Capela



Fonte neoclássica no centro do espaço triangular seiscentista



A Capela encontra-se no extremo Sudeste de um dos corpos de anexos, localizados a Nordeste da casa principal. A escala da capela é modesta, contemplando uma sacristia, tanto o exterior como o interior assumem grande simplicidade e o altar de caixa tem um frontal pintado com estilizações vegetais e um retábulo de três nichos com imagens.

4. Classificação e designação

O bem delimitado teve em conta a área onde está implantada a casa, os seus anexos agrícolas e capela considerando os espaços exteriores adjacentes fundamentais à percepção do conjunto construído. Acredita-se que a Quinta seria mais ampla, desenvolvendo-se até Norte junto do pequeno núcleo de casario, no lugar de Pombal, onde é perceptível a cerca e uma entrada para as zonas rústicas. Para Sul a morfologia do terreno começa a ser de maior declive em direcção ao Rio Tamega, mas será de ter em conta que alguns desses terrenos deveriam estar incluídos no limite da Quinta.

Deveremos considerar os seguintes *critérios genéricos de classificação* (descriminados no art. 17.º da Lei 107/2001 de 08 de Setembro) que estão na base da presente proposta:

- a. ---
- b. ---
- c. ---
- d. O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos;
- e. O valor estético, técnico, material e intrínseco do bem;
- f. A concepção arquitectónica, urbanística e paisagística;
- g. A extensão do bem do ponto e o que nela se reflecte do ponto de vista da memória colectiva;
- h. ---
- i. ---

A designação adoptada mantém a que consta no Inventário do Património no Ulysses: **Quinta do Boveiro**, considerando que a casa senhorial faz parte de um núcleo construído que conserva uma homogeneidade, propondo-se a categoria de classificação de **monumento** pois esse núcleo embora constituído por diversos edifícios deverá ser lido como uma peça única, enquadrando-se *n'um tipo de construção ou conjunto arquitectónico exemplificativo de um determinado estágio sócio-cultural ou conjectura histórica* (Património arquitectónico. Critérios para futuras classificações, p.20).

Acredita-se que a extensão da propriedade seria mais ampla, já que esta quinta estava vocacionada para agricultura com dois focos de interesse; o primeiro a produção de vinho, de flores e o segundo a pastorícia.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

CULTURA
DO NORTE

Será de ter em conta que as construções em causa poderão ser consideradas palimpsestos, testemunhos de uma história da arquitectura e da construção, sendo de observar o facto de o edifício principal ser caracterizado pela construção de duas fases que mantêm a sua originalidade e autenticidade, tornando-o num documento vivo de um *saber fazer*. A não conclusão da segunda fase (séc. XVIII) é testemunho histórico quanto à gestão de uma empreitada no passado de uma casa nobre em ambiente rural.

É importante debruçar-nos sobre o que o autor da palestra “Da torre solarenga à torre de aparato...”, Joaquim Ferreira-Alves afirma relativamente ao séc. XVII e ao séc. XVIII ao que toca à arquitectura erudita:

“Ao longo do séc. XVII, ainda afastada da influência do Barroco romano, a casa nobre permanecerá ligada, como quase toda a arquitectura portuguesa sua contemporânea, ao formulário ensaiado nos finais da centúria anterior, o que arrastará o Maneirismo ao longo de Seiscentos, ainda que, nalguns aspectos o Barroco se vá afirmando, Em Seiscentos vamos encontrar uma grande sobriedade nas



Vista área do complexo habitacional da Quinta do Bovieiro.



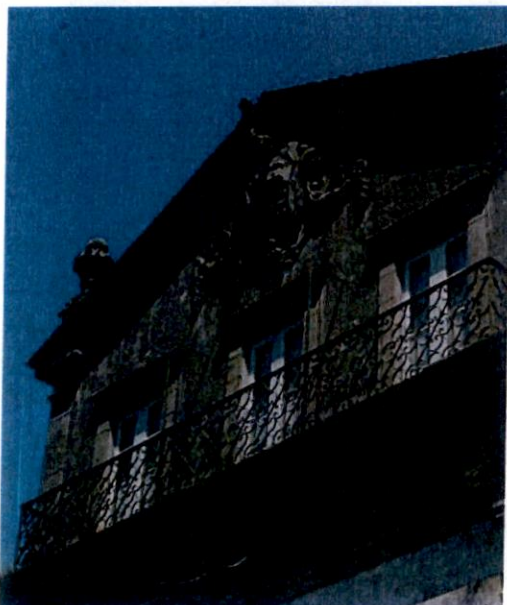
fachadas, muitas vezes atenuadas pelo ritmo dos frontões dos vãos que numa cadência de curvos e triangulares, contrariam a monótona fenestragem de lintéis rectos sem frontão.

(...) A casa nobre seiscentista vai introduzir uma originalidade que é a utilização da planta em 'U' que tem na fachada do palácio Barberini (Roma), encomendado a Carlo Maderno em 1625, e nas plantas das residências da nobreza francesa (hôtel e château) de Seiscentos sucessivas interpretações." (Op. cit., pp.284-285).

Ao contrário do que se afirma na transcrição anterior, a casa Seiscentista da Quinta do Bovieiro adoptou a planta em L e como já se afirmou as fachadas são mais austeras, em que a composição dos vãos nem sempre cumpre o ritmo compositivo, atrevido-nos a afirmar que a existir influência esta não deriva de um vocabulário erudito mas mais do outro de cariz popular, sendo a escala a ditar a importância da construção, sobressaindo elementos como o volume da chaminé da cozinha com uma forte presença no pátio adjacente e a escada e alpendre na fachada Norte como reminiscências da cultura popular.

Relativamente à fase Setecentista o mesmo autor recorre a Carlos Azevedo que em 1962 "*elencou os elementos que melhor definem a casa nobre barroca portuguesa:*

- 1- a concentração do esforço arquitectónico e decorativo na fachada, principalmente na entrada nobre, e a tendência de acentuar a linha superior dos frontispícios pelo emprego de frontões ou ornatos;*
- 2- o desenvolvimento horizontal das fachadas, muitas vezes articuladas por pilastras, pouco salientes que a dividem em três ou mais secções, com a existência, por vezes, de barras horizontais;*
- 3- a valorização da escadaria no exterior e no interior.*



Frontispício com pedra de armas



Brazão da família no tecto seiscentista



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

R CULTURA
D NORTE

Devemos ainda referir outros elementos que dão relevo à casa nobre setecentista: a torre (ou desaparece ou monumentaliza-se, ou sugere-se); a capela que passa a ocupar, por vezes, um lugar proeminente na casa), a portada que antecede a casa, estruturada afirmação da diferença; a pedra de armas, que nobilitando a residência é por vezes o único elemento que qualifica o frontispício.” (Op. cit., pp.286-287)

A ampliação setecentista da Casa do Bovieiro é demonstrativa dos pontos elencados, sendo que o esforço de composição simétrica será marcado mais pela composição maneirista, não deixando de responder a um programa decorativo que antevê a influência do Barroco. A torre nesta composição sugere-se, transformando-se num volume compositivo que contribuiria para uma simetria não concluída da fachada principal.

5. Zona Geral de Protecção (ZGP)

Nesta fase, será avaliado o interesse do bem a classificar de âmbito nacional, pelo que será contemplada a respectiva área numa Zona Geral de Protecção de 50m na planta em anexo.

6. Conclusão

Face ao exposto **propõe-se a abertura do procedimento de classificação** no âmbito nacional da **Quinta do Bovieiro**, localizada na freguesia de Abragão, concelho de Penafiel (individualizada em planta anexa) na categoria de **Monumento**.

Deverá estar subjacente a esta proposta a respectiva Zona Geral de Protecção do bem, que embora corresponda aos 50 m automáticos é importante para a salvaguarda fisionómica da paisagem mais próxima que ainda é bastante dominada pela utilização rural e florestal.

À consideração Superior.

A Técnica Superior,

Carlota Cunha
(arquitecta)



Bibliografia

- AA.VV. - *Caminhos Antigos e de Peregrinação em Penafiel*, Penafiel, Museu Municipal de Penafiel, 2008.
- AZEREDO, Francisco - *Casas Senhoriais Portuguesas*, Roteiro da Viagem de Estudo do IBI (Internationales Burgen-Institute / Instituto Internacional dos Castelos), Barcelos, composto e impresso nas Oficinas Gráficas da Companhia Editora do Minho, 1986.
- BINNEY, Marcus - *Casas Nobres de Portugal*, Lisboa, Difel difusão Editorial, Lda., 1987.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *Da torre solarenga à torre aparato: Formas da casa nobre do séc. XVI ao séc. XVIII*, in Actas do 1.º Congresso Internacional Casa Nobre - Um património para o futuro, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, Maio 2007.
- GONÇALVES, Duarte Pinto - *Estudo às casas Nobres Portuguesas. Para o entendimento da Casa de Alvelo*, Porto, Universidade Lusófona, Faculdade de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias de Informação, 2013.
- LOPES, Flávio - *Património arquitectónico. critérios para futuras classificações*, Lisboa, IPPAR, 1996.
- MOREIRA, Ana Rita Ferreira - *O estudo da Casa Nobre na cidade de Lamego*, Lamego, Museu de Lamego, 2018.
https://issuu.com/066239/docs/estudocasanobrecidadelamego_ebook (consultado em 05.11.2019).
- MOREIRA, Telma Alexandra Teixeira - *Itinerário das Casas Nobres do Porto - Investigação e Empreendedorismo na criação de uma Aplicação Móvel*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017.
- REIS, José Manuel de Seabra da Costa - *A Casa do Bovieiro; subsídios para a monografia de uma casa senhorial no espaço rural*, in Museu IV Série - n.º 2, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1994.

O texto não se encontra escrito segundo o Novo Acordo Ortográfico.

anexos

- planta de localização e identificação das servidões administrativas, esc. 1:5000;
- fichas de fotos
- processo DRP/CLS-570 1 volume (a título devolutivo)

Quinta do Bovieiro

Bovieiro
Freguesia de Abragão
Concelho de Penafiel

- ◆ Em vias de classificação (EVC)
- ▨ Zona geral de proteção (ZGP)

